

1 - Introdução

A família representa um conjunto de relações dinâmicas e de proximidade entre os seus constituintes e os componentes exteriores a ela própria. É, portanto, um espaço simbólico no qual se estruturam uma série de aprendizagens e valores que sofrem a influência do meio ambiente (Alarcão, 2000).

Relacionar implica saber lidar com o outro. Nas relações familiares, o comportamento de cada membro, que tem por base as suas características pessoais e circunstâncias atuais de vida, tem repercussões na vivência do sistema familiar (Ballenato, 2010). Neste sentido, Webster-Stratton (1990) afirma que as características intrínsecas dos pais influenciam o modo como estes lidam com os seus filhos (e.g., pais depressivos apresentam um comportamento mais hostil para com os seus filhos do que pais com características pouco depressivas). Por outro lado, também o comportamento dos filhos é, em grande parte, influenciado pela atitude e conduta parental.

Situações stressantes estão presentes em todos os níveis na vivência do sujeito, nomeadamente, na esfera familiar. De forma a resolver-se uma situação potencialmente stressante e problemática no seio da família, os seus membros terão que se mobilizar e adotar estratégias que possibilitem a resolução do problema. Neste sentido, e segundo Carver, Scheier e Weintraub (1989) cada um enfrentará a situação stressante de acordo com o seu repertório específico de estratégias, *coping*. Esta estratégia estabelecer-se-á, portanto, entre um acontecimento e o resultado do mesmo (Ribeiro, 2005).

O *coping* está presente na tomada de decisão e no modo como o sujeito reage às circunstâncias. Deste modo, aqueles que experienciem um maior número de situações stressantes e causadoras de *distress* terão que colocar em prática com maior frequência e veemência estas estratégias (Ribeiro, 2005). Nas famílias em risco psicossocial, ou seja, aquelas que não promovem o desenvolvimento saudável das suas relações e recursos e

que comprometem o bem-estar dos seus membros (Hidalgo, Menéndez, Sánchez, Lorence, & Jiménez, 2010), a importância do ajustamento das estratégias de *coping* à situação é fulcral. Nestas famílias, os acontecimentos de vida são muitas vezes stressantes e de risco, pelo que se verifica, na grande maioria dos casos, uma tendência para percecionarem a maior parte dos acontecimentos futuros como tendo um carácter negativo e stressante, pelo que o bem-estar no seio familiar dificilmente será restabelecido sem um conjunto de intervenções específicas (Rodrigo, Máiquez, Martín, & Byrne, 2008). Deste modo, a mensagem que é transmitida por estes pais acerca da forma como a situação stressante deverá ser enfrentada, poderá configurar-se como um fator de risco para o desenvolvimento da criança/jovem (Abaied & Rudolph, 2010).

A estrutura familiar parece ter um papel importante na variabilidade que caracteriza as famílias em situação de risco psicossocial. Neste sentido, e segundo Hidalgo, Pérez e Menéndez (2012) as famílias monoparentais parecem conferir um estatuto de maior vulnerabilidade.

A presente investigação debruçar-se-á acerca das estratégias de *coping* vivenciadas por famílias em risco psicossocial, pelo que pretender-se-á perceber como lidam com as situações de *stress*. Ainda, se existirá relação entre a acumulação de acontecimentos de vida stressantes e de risco e as estratégias de *coping* utilizadas. Debruçar-se-á também acerca da condição mono e biparentalidade das famílias em risco psicossocial, pelo que tentar-se-á perceber se as famílias monoparentais experienciarão mais situações de risco ou de *stress* e se utilizam as mesmas estratégias de *coping* das famílias biparentais.

A importância do tema proposto e desta investigação prende-se com a necessidade de se identificarem as estratégias utilizadas pelos sujeitos que se encontram em situações de *stress* e perceber o impacto destas situações na vida dos mesmos,

tendo sempre em conta que as estratégias utilizadas determinarão em grande parte a forma como o sujeito enfrenta e percebe a situação stressante. Deste modo, se um sujeito estiver a experienciar demasiado *stress* e utiliza, por norma, determinada estratégia de *coping*, significará que esta última poderá não ser a mais adaptativa. Pela identificação desta estratégia, poder-se-á intervir no futuro sobre ela, modificá-la ou ajustá-la, para que o sujeito experiencie sensações de maior bem-estar.

A estrutura da investigação aqui delineada terá a seguinte organização: (1) revisão da literatura acerca dos temas parentalidade, *stress* parental e estratégias de *coping* nas famílias em risco psicossocial, (2) apresentação de objetivos gerais e específicos, (3) na parte metodológica indicar-se-ão características dos participantes e dos instrumentos utilizados, bem como a indicação do procedimento inerente à recolha de dados, (4) apresentação dos resultados da investigação, (5) discussão dos resultados obtidos, (6) apresentação de limitações da investigação e delineamento de sugestões para estudos futuros, (7) terminar-se-á com uma síntese final acerca da presente investigação e do tema.

2 - Revisão da Literatura

2.1. - Parentalidade nas Famílias em Risco Psicossocial

A família é considerada como um sistema e é composta por membros que desempenham naturalmente diferentes papéis. O desempenho da parentalidade está inerente ao conceito de família, no entanto, nem sempre as estratégias utilizadas são as mais adequadas ao desenvolvimento das crianças e adolescentes. Assim, nem sempre são satisfeitas as necessidades evolutivo-educativas dos membros nem, especificamente,

as necessidades básicas em diversos contextos dos menores (Hidalgo, Menéndez, Sánchez, Lorence, & Jiménez, 2009). Neste sentido, considera-se que uma família está em risco psicossocial quando não promove o desenvolvimento saudável das suas relações e recursos, pelo que compromete o bem-estar dos seus membros (Hidalgo, Menéndez, Sánchez, Lorence, & Jiménez, 2010). Pautam-se por comportamentos negligentes, exposição a modelos de comportamento desviante, abandono escolar, maus tratos físicos e psicológicos, prática de fato qualificado como crime por criança/jovem com idade igual ou inferior a 12 anos, abandono, abuso sexual, consumo de estupefacientes, ingestão de bebidas alcoólicas, problemas de saúde, mendicidade, exercício abusivo de autoridade, exploração do trabalho infantil, corrupção de menores, pornografia infantil e prostituição infantil (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, 2011). Segundo Landy e Menna (2006), poder-se-ão ainda considerar, também, as seguintes situações de risco: ser pai na adolescência, os pais apresentarem um quadro clínico de psicopatologia (e.g., como depressão, esquizofrenia e perturbação da personalidade *borderline*), estarem num processo de luto mal resolvido ou trauma e, ainda, o consumo abusivo de substâncias e a existência de violência na família (e.g., violência conjugal e maltrato infantil).

Nem todas as famílias apresentam capacidades para exercer as funções parentais que lhes são exigidas, muitas vezes, pela ação das circunstâncias (algo que caracteriza as famílias em risco psicossocial). A capacidade de adaptação dos pais parece ser determinante na promoção do bem-estar da família. A capacidade de saber lidar com situações causadoras de *stresse* é uma das competências parentais apontadas como determinantes na promoção do bem-estar. São também relevantes o auto-cuidado, a presença de apoio social, o *coping* e a capacidade de planificação (López & Quintana, 2009).

Ackeman, Izard, Scholl, Youngstrom e Kogos (1999) distinguem dois tipos de fatores de risco presentes nas famílias em risco psicossocial: os fatores contextuais e proximais. Os fatores de risco contextuais referem-se a um historial de abuso, doença mental, pobreza, entre outros. Os fatores proximais referem-se a problemas ao nível da vinculação, das práticas educativas, da personalidade da criança, do baixo rendimento escolar e de problemas de adaptação social.

As famílias com menores em risco são, na maior parte das vezes, acompanhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, instituição oficial não judiciária e de funcionalidade autónoma em Portugal. O acompanhamento ou ações desenvolvidas por estas comissões pretende prevenir ou pôr termo a situações que possam colocar em risco o desenvolvimento normativo destes mesmos sujeitos. Esta instituição possibilita que famílias em risco psicossocial possam ter acesso a diversas redes de carácter social, que se constituem como suporte (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, 2011). Este inclui um apoio específico ao nível emocional (e.g., intimidade, conforto, saúde), ao nível material e ao nível informativo. Na maior parte dos casos, existe a acumulação de serviços de apoio a estas famílias para que as várias vertentes disfuncionais, desorganizadas ou mesmo inexistentes possam ser sujeitas a uma intervenção especializada e, portanto, restabelecidas (Nunes, Lemos, Costa, Nunes, & Almeida, 2011).

De um modo geral, e de acordo com a investigação realizada por Rodrigues (1997), as famílias em risco psicossocial, com menores em risco, apresentam:

- ✓ Um elevado índice de filhos fruto de outras relações;
- ✓ O tipo de convivência na família é referido, pelos adultos, como sendo essencialmente conflituosa ou indiferente;
- ✓ Perda de laços sociais e familiares, de referência afetiva e de vínculo;

- ✓ As crianças ficam mais vulneráveis à influência exercida pelo grupo de pares;
- ✓ Comportamento desviante por parte do progenitor (e.g., vivência de situações de isolamento como o alcoolismo, prostituição, delitos penais);
- ✓ Destruturção familiar crescente com repercussões na capacidade educativa;
- ✓ Défice no desempenho de papéis sociais (e.g., dificuldade dos progenitores em assumirem responsabilidades e compromissos);
- ✓ Fraca tolerância à frustração e procura de satisfação imediata, pelo que em situação de tensão optam pela desvinculação face às responsabilidades parentais abandonando, negligenciando e submetendo os menores a punições físicas e psicológicas;
- ✓ Situação socio- económica desajustada face à satisfação das necessidades familiares básicas;
- ✓ Deficientes condições de habitação.

Hidalgo, Pérez e Menéndez (2012) assinalam também um conjunto de características que impedem as famílias em risco psicossocial de satisfazerem as necessidades de cada elemento do seu agregado. Nesse conjunto de características encontram-se: o *stress* familiar (deficiência nos recursos e habilidades para manter a economia doméstica que, muitas vezes, dá aso a situações de pobreza); ambientes familiares pouco estimulantes e disfuncionais; elevada incidência de problemas de saúde, sentimentos de incompetência e acumulação de acontecimentos de vida negativos significativos para o sujeito.

2.2. - *Stresse Parental nas Famílias em Risco Psicossocial*

A acumulação de circunstâncias de risco durante a vida relaciona-se diretamente com o bem-estar psicológico (Rodrigo, Máiquez, Martín, & Byrne, 2008). O *stresse* decorrente destas circunstâncias, tem portanto, impacto na vida do sujeito configurando-se como uma situação que é avaliada como sendo um episódio significativo e ao qual o sujeito considera não ter recursos para lidar. A situação stressante pode ser vivenciada em qualquer acontecimento de vida diário tendo repercussões no funcionamento do sujeito a todos os níveis (Folkman, 2012).

De acordo com Rodrigo, Máiquez, Martín e Byrne (2008) poder-se-ão identificar três níveis de *stresse*: o quotidiano, o crónico e aquele que tem origem em acontecimentos negativos de vida. O *stresse* que deriva das situações existentes no dia-a-dia e que, de alguma forma são regulares e habituais, prende-se com o cumprimento de obrigações, regras, horários e questões laborais. Por sua vez, as situações stressantes de carácter crónico são demonstrativas de episódios relacionados com a violência doméstica, dor crónica, dificuldades económicas e, ainda, residir num bairro conflituoso. Por outro lado, os acontecimentos de vida negativos são também causadores de *stresse* pelo que a perda de um familiar, a existência de conflitos familiares e o divórcio configuram-se como situações potenciadoras de *stresse*.

As situações stressantes estão presentes em todos os níveis na vivência do sujeito, nomeadamente, na esfera familiar. Deste modo, Webster-Stratton (1990) refere que as famílias estão propensas a experienciar situações de *stresse* ao nível intra (e.g., acontecimentos negativos, conflitos na relação conjugal, isolamento, ansiedade, depressão, álcool, droga, abusos e monoparentalidade) e extra familiar (e.g., pobreza e desemprego).

O *stresse* existente no seio da família poder-se-á caracterizar como uma tensão intrafamiliar causada por situações, deste âmbito, que influencia o exercício das funções e papéis de cada um dos seus membros, pelo que a perceção de bem-estar neste núcleo poderá estar em risco (Barudy & Marquebreucq, 2006 citado por Rodrigo, Máiquez, Martín, & Byrne, 2008). Nas famílias em risco psicossocial, os acontecimentos de vida são muitas vezes considerados como situações stressantes, pelo que existe a tendência para percecionar a maioria dos acontecimentos futuros como tendo um carácter negativo. Esta família entenderá, portanto, na maioria das vezes, uma desproporção entre os recursos necessários e os existentes na família para lidar com o acontecimento stressante, e conseqüentemente, percecionará uma maior frequência e impacto destes mesmos acontecimentos (Rodrigo, Máiquez, Martín, & Byrne, 2008).

A presença de *stresse* na família influencia a perceção dos pais relativamente aos filhos, bem como a sua interação. Neste sentido, o *stresse* percebido pelos pais pode ser, muitas vezes, causado pelo atraso no desenvolvimento da criança (Hauser-Cram, Warfield, Shonkoff, & Krauss, 2001), comportamento desadequado por parte da criança (Briggs-Gowan, Carter, Skuban, & Horwitz, 2001), temperamento da criança (Chen, Hou, & Chuang, 2010), características intrínsecas aos cuidadores e às crianças (Copeland & Harbaugh, 2005), estilo parental (Woolfson & Grant, 2006) e doença da criança (Faught, Bierl, Barton, & Kemp, 2007). Para além disso, sabe-se também que a presença de *stresse* nos pais tem sido associado ao surgimento de doenças, relações conjugais pobres (Chen, Hou, & Chuang, 2010) e maus tratos infantis (Mash, Johnston, & Kovitz, 1983).

De acordo com investigações realizadas em famílias normativas, sabe-se que o *stresse* parental percebido influencia negativamente as práticas parentais (Pérez, Hidalgo, & Menéndez, 2012) e que este é menor quando os membros da família

apresentam um locus de controlo interno (kokkinos & Panayiotou, 2007). Para além disso, o locus de controlo interno parece influenciar também positivamente a auto eficácia (Srivastava & Pathak, 2011) e a perceção de bem-estar dos pais no desempenho das suas práticas parentais (Lloyd & Hastings, 2009). Pérez, Hidalgo e Menéndez (2012) realizaram uma investigação recente acerca do *stress* parental experienciado por famílias em risco psicossocial. Obtiveram resultados semelhantes àqueles encontrados na população “famílias normativas”, pelo que se verifica que de facto as práticas parentais relacionam-se com o *stress* experienciado pelos pais. Este tipo de famílias, que experienciam situações de maior *stress*, são aquelas que apresentam um locus de controlo externo. De acordo com esta investigação, foi possível concluir-se, então, que o *stress* nas famílias em risco psicossocial determina a adoção de práticas menos positivas por parte das famílias que se tornam disfuncionais no que diz respeito à promoção do desenvolvimento dos menores.

Qualquer família necessita de uma rede de apoio social ampla e efetiva de modo a que situações de *stress* e/ou problemáticas possam ser resolvidas. Sabe-se que o facto de uma família apresentar uma estrutura monoparental, em consonância com outros fatores, aumenta a probabilidade de risco no desenvolvimento dos menores. Pelo que se prevê que os perfis de risco sejam diferentes entre os distintos tipos de estrutura familiar (Ackeman, Izard, Scholl, Youngstrom, & Kogos, 1999). Neste sentido, e segundo Hidalgo, Pérez e Menéndez (2012) as famílias monoparentais têm tendência a experienciar mais problemas a nível emocional e são mais vulneráveis em contextos onde as redes de apoio são mais disfuncionais. Neste sentido, sabe-se que no caso das famílias monoparentais, o défice na perceção de suporte familiar e institucional contribui para a manutenção de problemas económicos e sociais que acentuam a sensação de isolamento e de desorganização familiar, pelo que os menores sofrerão as

consequências subjacentes. Sabe-se ainda, de acordo com uma investigação realizada por Hidalgo, Lorence, Pérez, Menéndez, Sánchez, Jiménez e Arenas (2009) que as famílias monoparentais em risco psicossocial apresentam geralmente uma situação económica precária, têm menos elementos presentes no agregado familiar, apresentam um nível educativo baixo e as trajetórias de vida são marcadas por situações stressantes e de risco com consequências para o próprio agregado.

2.3. - *Estratégias de Coping nas Famílias em Risco Psicossocial*

Carver, Scheier e Weintraub (1989) consideram que as situações de crise são conceptualizadas por cada sujeito, de diversas formas, pelo que cada um utilizará um reportório específico de estratégias para enfrentar a situação, *coping*. Deste modo, parece que as características internas e mais estáveis do sujeito, como a personalidade, conduzem-no a agir de acordo com modos preferidos de *coping*. Por outro lado, e de acordo com Ribeiro (2005) os fatores sociodemográficos como a educação e o nível socioeconómico, também determinam as estratégias de *coping* utilizadas. Assim, com a utilização de determinada estratégia pretende-se a eliminação do *distress*, em que o sujeito terá o poder de deliberar acerca da estratégia que utiliza para lidar com a situação stressante (Ribeiro, 2005).

O *coping* é determinado por uma avaliação cognitiva realizada pelo sujeito e, por isso, a forma como avalia o evento stressante e a forma como percebe os seus próprios recursos, determinará a estratégia a utilizar (LeCuyer-Maus, 2003). O Modelo ABCX, concetualizado por Hill (Weber, 2011), demonstra o modo como o *stress* pode estar presente na família e conseqüentemente, o modo como a estratégia de *coping* é

formada. Neste modelo, conceptualiza-se que uma situação é stressante quando ocorre um episódio que é avaliado pelo sujeito como tal e que este reconhece possuir poucos recursos para fazer face à mesma. É nesta altura que o problema surge e, portanto, o sujeito irá reunir estratégias que lhe permitam lidar com a situação stressante. Consequentemente, estas estratégias serão delimitadas em função dos recursos já existentes e daqueles que foram adquiridos no momento, bem como da perceção atual do problema. O resultado da estratégia utilizada, poderá ser adaptativa relativamente às exigências ou não do meio.

A estratégia de *coping* utilizada pode revelar-se ao nível cognitivo e/ou comportamental. Aquela que se define a nível cognitivo não é visível através do comportamento logo, não existe uma mudança observável (De Ridder, 1997). Por sua vez, a estratégia de *coping* centrada na emoção é considerada como sendo eficaz a curto prazo, especificamente, quando o sujeito tem pouco controlo sobre o episódio stressante. Esta estratégia parece estar enraizada nos sujeitos com sintomas depressivos pelo que é possível afirmar que os sujeitos mais vulneráveis e que são expostos a situações como violência doméstica e pobreza estão mais propensos a adotar este tipo de estratégia (Nesse, 2000).

As famílias com menores em risco utilizam frequentemente estratégias desajustadas ou inadequada para lidar com as situações stressantes (Rodrigues, 1997). Geralmente, nestas famílias, as estratégias de *coping* utilizadas e o suporte social que recebem são insuficientes para fazer face à situação stressante de forma ajustada (Mackenzie, Nicklas, Brooks-Gunn, & Waldfogel, 2011).

São diversas as situações de risco que ocorrem no seio destas famílias. O facto das situações stressante ocorrerem e não serem percebidos recursos para lidar com elas, não fomenta o bem-estar da família e, ainda, origina um défice na auto-regulação da

frustração relativamente às próprias práticas parentais. Esta situação dá origem, muitas vezes, à punição física por parte dos pais às crianças (Mackenzie, Nicklas, Brooks-Gunn, & Waldfogel, 2011).

Quando as crianças experienciam uma série de situações stressantes, necessitam de orientação e ficam dependentes das estratégias de enfrentamento do *stress* que são apresentadas por aqueles com quem lidam frequentemente. A influência desta orientação, apresentada por elementos externos à criança/jovem, terá repercussões no modo de atuação da criança/jovem pelo que estas atitudes poderão vir a fazer parte de um padrão preferível de atuação em situações de *stress*. Estas estratégias podem ser transmitidas por instrução direta ou por modelação (Abaied & Rudolph, 2010).

Hoje em dia sabe-se que se as estratégias apresentadas às crianças/jovens se centrarem na resolução de problemas, na reflexão e no pensamento positivo, terão um carácter protetor, pelo que revelar-se-ão com estratégias adequadas e potenciadoras de bem-estar. Por outro lado, sabe-se que quem tem tendência a utilizar como estratégia de enfrentamento a negação, tem maior probabilidade de vir a desenvolver psicopatologia (Wadsworth & Berger, 2006).

Receber suporte social diminui o impacto do *stress* (Kiser, 2007). Deste modo, podem identificar-se diversos mecanismos relacionados com a perceção do apoio social que configuram-se como fatores protetores (Rodrigo, Máiquez, Martín, & Byrne, 2008): o facto das famílias poderem dispor de recursos e serviços que possibilitam lidar com o acontecimento negativo; o facto de poderem utilizar estratégias ou recursos que permitem atuar sobre os acontecimentos negativos mesmo antes de estes acontecerem. A família e os amigos (rede informal de apoio) são pilares básicos na rede social de apoio das famílias pelo que devem ser incluídos no processo de intervenção junto destas (Rodrigo, Máiquez, Martín, & Byrne, 2008).

O sofrimento psíquico, que pode estar presente nas famílias com menores em risco, irá mediar a forma como estas encaram uma situação de risco e as estratégias parentais que utilizam (Arditti, Buston, & Neves-Botelho, 2010). Quanto mais *stresse* for vivido no âmbito familiar, maior a probabilidade dos pais se sentirem angustiados e desenvolverem práticas educativas menos positivas e com repercussões negativas no desenvolvimento da criança (Kiser, 2007). Neste sentido, sabe-se que os pais em que os seus filhos já apresentaram anteriormente condutas desajustadas são mais propensos a perceberem-nos de forma negativa e, ainda, poderão apresentar-se pouco confiantes relativamente às suas práticas parentais (Webster-Stratton, 1990). Trabalhar a ecologia social destas famílias, parece ser uma alternativa para desenvolver estratégias mais adequadas de *coping* (Kiser, 2007).

3 – Objetivo Geral e Específicos e Questões de Investigação

Tendo em conta a revisão da literatura parece pertinente perceber de que modo a condição “famílias em risco psicossocial” se relaciona com as estratégias de *coping* utilizadas. Deste modo, colocam-se as seguintes questões de investigação:

1. Haverá relação entre as estratégias de *coping* utilizadas e o perfil psicossocial das famílias em risco?
2. Haverá relação entre a acumulação de acontecimentos de vida stressantes e de risco e as estratégias de *coping* utilizadas?
3. As famílias monoparentais sofrem mais situações de risco ou de *stresse*?
4. As famílias monoparentais utilizam as mesmas estratégias de *coping* que as biparentais?

O objetivo geral da presente investigação será a descrição e análise das estratégias de *coping* utilizadas pelas famílias com menores em risco psicossocial. Especificamente estudar-se-á:

1. As relações dos estilos de *coping* com o perfil psicossocial das famílias: estrutura familiar, rendimentos, apoio social, idade dos menores, idade e sexo dos participantes.
2. As relações entre a acumulação de acontecimentos de vida stressantes e de risco e as estratégias de *coping*.
3. As relações entre a mono e biparentalidade e o *stress* vivido pelos sujeitos no exercício do seu papel parental.

4 - Método

4.1. - Participantes

Os 67 participantes deste estudo residiam no Algarve e foram selecionados atendendo aos seguintes critérios: 1) ser pais ou mães de crianças ou jovens com um processo aberto nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, 2) as situações de perigo que originaram a abertura dos processos não apresentavam gravidade suficiente para a separação do menor da sua família de origem.

Os pais participantes na presente investigação eram maioritariamente do sexo feminino, portugueses, tinham em média 36 anos de idade (Máx. = 61 e Min. = 16 anos, DP = 9,06) e apresentam uma qualificação laboral baixa ou nula. Em média o rendimento familiar foi de 986 euros por mês (Máx. = 2500 e Min. = 126 €/mês, DP = 534,94) e o tamanho da residência foi de 98 metros quadrados (Máx. = 167 e Min. = 38

m², DP = 26,57). Quanto à situação laboral, 52% estavam desempregados. A maioria dos participantes referiu ter estabilidade no agregado familiar e têm um companheiro. Os menores sinalizados tinham em média 7 anos de idade (Máx. = 13 e Min. = 1, DP = 3,57) e são maioritariamente do sexo masculino (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1. Descrição das características sociodemográficas dos participantes.

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Mín.</i>	<i>Máx.</i>
Idade	35,97	9,06	16	61
Anos de relacionamento	8,25	9,35	1	38
Rendimento familiar	986	534,94	126	2500
Tamanho da habitação	97,73	26,57	38	167
Idade da criança sinalizada	7,38	3,57	1	13

Tabela 2. Caracterização da amostra.

	<i>N</i>	<i>%</i>
<i>Sexo</i>		
- Feminino	43	64,20%
- Masculino	24	35,80%
<i>Imigrante</i>		
- Sim	11	16,40%
- Não	56	83,60%

<i>Estado marital</i>		
- Sim	55	82,10%
- Não	12	17,90%
<i>Trabalha</i>		
- Sim	32	47,80%
- Não	35	52,20%
<i>Qualificação laboral</i>		
- Baixa ou Nula	22	32,80%
- Média	10	14,90%
- Alta	1	1,50%
<i>Regularidade do trabalho</i>		
- Sim	26	38,80%
- Não	6	9,00%
<i>Estabilidade do agregado familiar</i>		
- Sim	60	89,60%
- Não	7	10,40%
<i>Sexo do menor</i>		
- Feminino	25	37,60%
- Masculino	39	58,20%

4.2. Instrumentos

Para o desenvolvimento da presente investigação foram utilizados os instrumentos: o Inventário Multidimensional de *Coping* (*Brief COPE*), o Inventário de Situações Stressantes e de Risco (ISER), o *Parenting Stress Index – Short Form* (PSI-SF) e o Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares.

O *Brief COPE.*, (COPE-B) desenvolvido por Carver (1997), é um inventário de auto-preenchimento que avalia as estratégias de *coping* dos sujeitos em situações de *stress*. Neste estudo utilizámos a versão portuguesa de Nunes e Lemos (2012).

Este instrumento é uma versão reduzida do COPE e é constituído por 14 escalas (com 2 itens cada, totalizando 28 itens). As escalas que compõem o instrumento são: *coping* ativo, planeamento, utilização do suporte instrumental, utilização do suporte social emocional, religião, reinterpretação positiva, auto-culpabilização, aceitação, expressão de sentimentos, negação, auto-distração, desinvestimento comportamental, uso de substâncias (medicamentos e/ou álcool), e humor. A resposta dos participantes, neste inventário, varia numa escala ordinal do tipo *likert* com 4 alternativas, entre “não tenho agido desta forma” (1) e “tenho agido desta forma muitas vezes” (4).

O COPE-B embora apresente os itens agrupados em 14 subescalas apenas se trabalha utilizando um score total, que se calcula somando os valores obtidos em todos os itens. No presente estudo obtivemos um índice de fiabilidade para o cope total de $\alpha = 0,72$.

O *Inventário de Situações Stressantes e de Risco* (ISER), desenvolvido por Hidalgo, Menéndez, Sánchez, López, Jiménez e Lorence (2005), tem como objetivo a

identificação dos eventos stressantes, ocorrentes nos últimos três anos, e o seu impacto emocional. Nesta investigação utilizámos a versão portuguesa de Nunes *et. al* (2011).

Este instrumento é constituído por 16 itens que se configuram como situações potencialmente traumáticas e stressantes. Os participantes devem, por isso, identificar as situações que ocorreram na sua vida, nos últimos 3 anos, tendo em conta o nível de proximidade relacional com outras pessoas que podem ser os autores da situação. Numa escala ordinal do tipo *likert* deverão quantificar o grau de influência destas situações, entre a hipótese de resposta “afetou-me pouco” (1) e “afetou-me muito” (3).

O PSI-SF desenvolvido por Abidin (1995), é um formulário de autopreenchimento que permite avaliar o *stress* experienciado pelos sujeitos no exercício do seu papel parental (pai/mãe). No presente estudo utilizámos a versão portuguesa de Santos (2008).

Este instrumento é uma versão reduzida do PSI e é constituído por 36 itens. A resposta dos participantes, neste formulário, varia numa escala ordinal do tipo *likert* com 5 alternativas, entre “discordo totalmente” (1) e “concordo totalmente” (4).

O instrumento é composto por três escalas: *Distress* Parental, Interação Disfuncional Progenitor-Criança e Criança Difícil. Após a cotação final do instrumentado é facultada uma medida de intensidade do *stress* parental percebido.

No PSI para as três subescalas o índice de fiabilidade foi: $\alpha = 0,80$ para o *distress* parental, $\alpha = 0,77$ para a interação disfuncional pai-criança e $\alpha = 0,88$ para criança difícil. O alfa de cronbach's para o PSI total foi de $\alpha = 0,91$.

O *Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares* permitiu recolher a seguinte informação dos participantes: sexo, idade, nacionalidade, local onde vive, tipologia de habitação e situação face ao emprego e nível educativo. Recolheu ainda informação sobre a composição e estabilidade do agregado familiar, o tipo e estrutura familiar assim como a estabilidade e rendimentos familiares.

4.3. - *Procedimentos*

Após obter as autorizações e o consentimento informado dos participantes, as entrevistas foram realizadas no domicílio familiar ou nas instalações das CPCJ, em conformidade com parecer técnico e disponibilidade dos participantes. As entrevistas foram conduzidas por investigadores treinados para o efeito e duraram, em média, 60 minutos.

Foi adotado um grau de confiança de 95%. A primeira análise centrou-se na verificação da normalidade dos dados. Obtivemos valores de simetria e curtose > -2 e < 2 , pelo que foram utilizadas análises estatísticas paramétricas.

5 - Resultados

Na tabela 3 pode-se observar a distribuição dos dados sociodemográficos em função da condição mono e biparentalidade dos participantes. Para o efeito foi utilizado o Teste do Chi-Quadrado, tendo em conta um grau de confiança de 95%. Ao comparar o nível de estudos [χ^2 (N = 67, gl = 1) = 0,29; $p = 0,588$], o tipo de atividade laboral [χ^2 (N = 67, gl = 1) = 0,53; $p = 0,768$], a condição laboral [χ^2 (N = 67, gl = 2) = 1,23; $p =$

0,268] e a existência de família extensa [χ^2 (N = 67, gl = 1) = 0,17; $p = 0,683$] entre as famílias mono e biparentais, observou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 3. Comparação dos dados sociodemográficos entre as famílias mono e biparentais.

	Monoparental	Biparental			
<i>Escolaridade</i>	%	%	X^2	<i>gl</i>	<i>p</i>
Até primário completo	76,92%	83,33%	0,29	1	0,588
Ensino secundário ou mais	23,08%	16,67%			
<i>Tipo de Atividade Profissional</i>					
- Baixa ou Nula Qualidade	75%	64%	0,53	2	0,768
- Média Qualidade	25%	32%			
- Alta Qualidade	0%	4%			
<i>Trabalha</i>					
- Sim	66%	44%	1,23	1	0,268
- Não	38%	56%			
<i>Família Extensa</i>					
- Sim	15%	20%	0,17	1	0,683
- Não	85%	80%			

Através dos resultados obtidos pelo instrumento ISER, foi possível verificar-se que não existem diferenças significativas no que diz respeito aos acontecimentos de vida stressantes vivenciados entre as famílias mono e biparentais (Tabela 4). No entanto, é possível encontrar-se um valor residual no que diz respeito ao risco atual,

pelo que se verifica que as famílias monoparentais apresentam maior risco ($M = 16,92$; $p = 0,079$).

Ao analisar-se os acontecimentos de vida stressantes, específicos do instrumento, nas famílias mono e biparentais, observou-se que existem diferenças residuais no que diz respeito ao maltrato na adultez ($p = 0,082$) e, ainda, diferenças significativas no que diz respeito à relação conjugal conflituosa ($p = 0,048$) e separação/divórcio ($p = 0,005$). Nos restantes itens não se observou diferenças significativas: conduta violenta ($p = 0,387$); ser preso ($p = 0,267$); doença mental ($p = 0,672$); problemas físicos ($p = 0,341$); cuidar de familiar ($p = 0,545$); consumo de substâncias tóxicas ($p = 0,911$); relação conflituosa com filhos ($p = 0,588$); situação económica urgente ($p = 0,234$).

Tabela 4. Comparação dos acontecimentos de vida stressantes em famílias mono e biparentais.

	Famílias Monoparentais		Famílias Biparentais		$F (gl=1)$	p
	M	DP	M	DP		
Risco atual do participante	7,08	3,01	5,46	3,08	2,91	0,093
Risco atual no ambiente próximo	9,85	3,58	8,06	3,60	2,60	0,112
Risco atual	16,92	5,81	13,57	6,12	3,19	0,079
Afetação do participante	18,08	7,97	13,76	8,70	2,66	0,108
Afetação no ambiente próximo	23,08	9,67	19,69	9,49	1,33	0,253

Afetação/Nº de A.V.S.	2,43	0,34	2,39	0,44	0,09	0,764
--------------------------	------	------	------	------	------	-------

Nas figuras 1 e 2 apresenta-se a distribuição das frequências relativas às situações stressantes e de risco nas famílias mono e biparentais. Observou-se que as famílias monoparentais têm tendência a experienciar mais situações stressantes e de risco que as biparentais. Gráficamente, é possível perceber também que, relativamente às situações stressantes e de risco vividas pelo participante e por aqueles que lhe estão próximos, os problemas económicos e laborais estão em maior número.

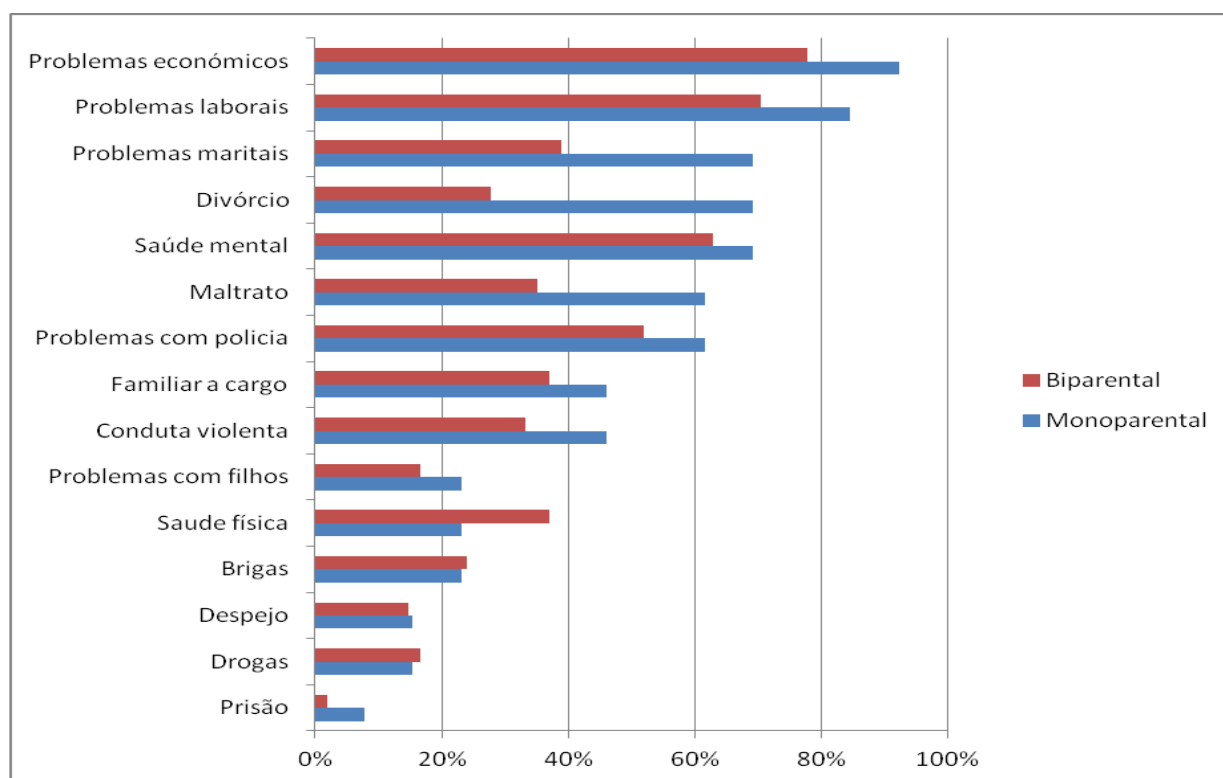


Figura 1: Frequências relativas às situações stressantes e de risco vividas pelos participantes.

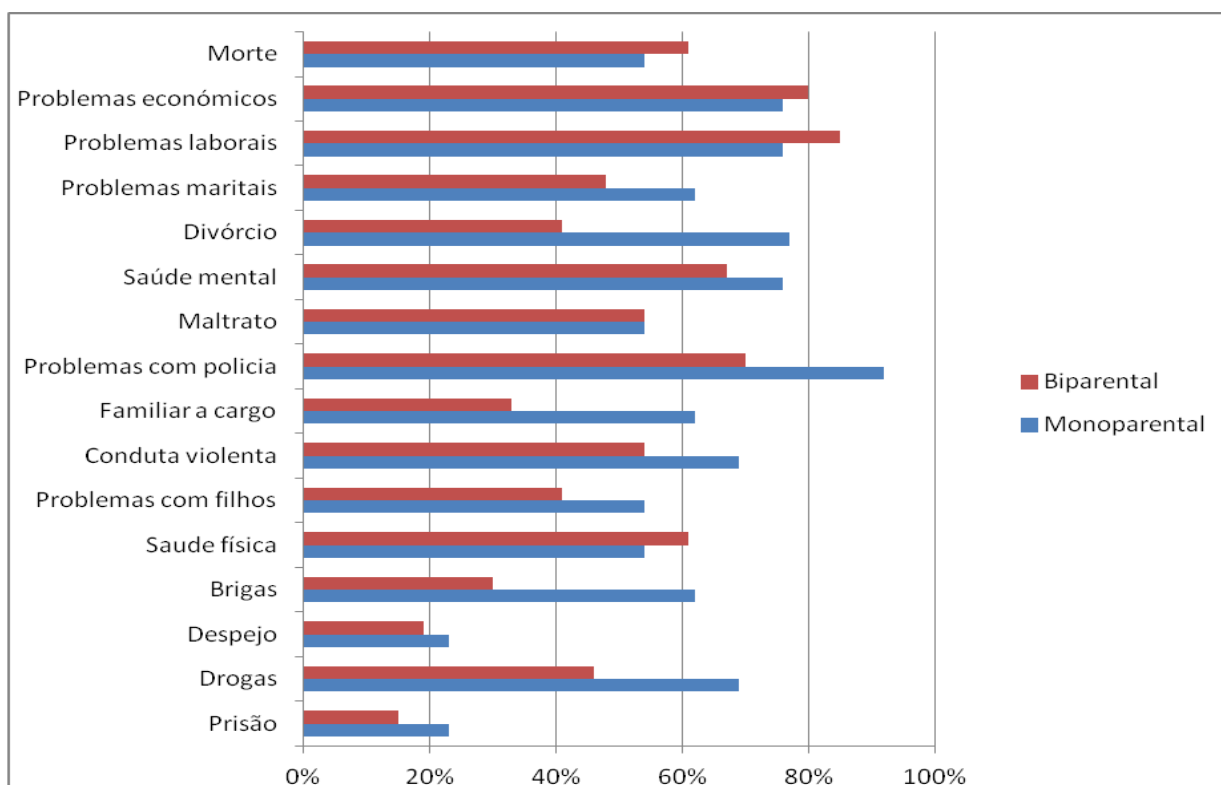


Figura 2: Frequências relativas às situações stressantes e de risco vividas pelos familiares próximos dos participantes.

Na tabela 5 é possível perceber-se que os resultados obtidos no COPE não apresentaram relações significativas com as experiências stressantes. Por outro lado, verifica-se que o *stress* experienciado pelos sujeitos no exercício do seu papel parental, medido pelo PSI, relaciona-se de forma estatisticamente significativa com algumas dimensões do instrumento ISER: risco atual do participante ($p = 0,009$), risco atual no ambiente próximo ($p = 0,002$), risco atual ($p = 0,001$), afetação do participante ($p = 0,024$) e afetação no ambiente próximo ($p = 0,001$).

Tabela 5. Relações entre o COPE, o ISER e o PSI.

	Resultado Total COPE		Resultado Total PSI	
	<i>r</i>	<i>p</i>	<i>r</i>	<i>p</i>
Risco Atual do Participante	-0,107	0,505	0,318	0,009
Risco Atual no Ambiente Próximo	0,056	0,727	0,373	0,002
Risco Atual	-0,026	0,872	0,382	0,001
Afetação do Participante	0,41	0,801	0,276	0,024
Afetação no Ambiente Próximo	0,053	0,740	0,382	0,001
Afetação/Nº de A.V.S.	0,219	0,168	0,113	0,364
COPE	-	-	0,032	0,843

Com o objetivo de perceber-se de que forma poderiam variar as subescalas do instrumento COPE tendo em conta a mono e biparentalidade dos participantes, procedeu-se à comparação de médias (Tabela 6). Para além disso, procedeu-se ao mesmo cálculo relativamente ao resultado obtido no PSI (Tabela 7). Deste modo, foi possível perceber-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as famílias mono e biparentais no que diz respeito aos resultados que obtiveram nas subescalas supracitadas e no resultado obtido no PSI.

Tabela 6. Comparação das estratégias de *coping* em famílias mono e biparentais.

	Famílias Monoparentais		Famílias Biparentais		$F (gl=1)$	p
	M	DP	M	DP		
<i>Coping</i> Ativo	6,00	1,63	5,62	1,16	0,55	0,462
Planejar	7,00	1,00	6,88	1,32	0,05	0,825
Reinterpretação Positiva	6,14	1,57	5,59	1,64	0,68	0,416
Aceitação	6,57	1,40	5,88	1,67	1,04	0,314
Humor	3,14	1,86	3,50	1,71	0,25	0,623
Religião	3,71	1,80	4,18	2,21	0,27	0,608
Suporte Emocional	6,86	1,35	5,85	2,12	1,44	0,238
Suporte Instrumental	6,86	1,07	5,77	1,91	2,13	0,153
Auto-distração	4,43	1,72	4,41	1,94	0,00	0,983
Negação	4,86	1,68	4,71	2,10	0,03	0,859
Expressão de Sentimentos	3,57	1,62	4,47	1,83	1,45	0,236
Uso de Substâncias	2,57	1,51186	2,44	1,21	0,06	0,805
Desinvestimento Comportamental	3,14	1,46385	2,41	1,26	1,86	0,181
Auto-culpabilização	5,29	2,13809	4,85	2,08	0,25	0,620

Tabela 7. Comparação do PSI em famílias mono e biparentais.

	Famílias Monoparentais		Famílias Biparentais		$F (gl=1)$	p
	M	DP	M	DP		
PSI	88,46	19,87	84,89	20,41	0,32	0,571

6- Discussão

Após a obtenção dos resultados foi possível concluir-se que parece não existir relação entre os estilos de *coping* das famílias com menores em risco tendo em conta o seu perfil psicossocial. Ainda, foi possível perceber-se que os resultados obtidos no COPE não apresentam qualquer tipo de relação com as experiências stressantes medidas pelo instrumento ISER, pelo que os estilos de *coping* parecem não influenciar o contexto atual de vida destas famílias, no que diz respeito ao risco. No entanto, foi possível apurar-se que as famílias monoparentais experienciam mais situações de risco e *stresse* que as famílias biparentais. Por outro lado, verificou-se que o *stresse* experienciado pelos sujeitos no exercício do seu papel parental (PSI) é influenciado pelo contexto atual de vida das famílias, pelo que foi possível perceber que as dimensões risco atual do participante, risco atual no ambiente próximo, risco atual, afetação do participante e afetação no ambiente próximo, determinam o *stresse* experienciado. Relativamente à mono e biparentalidade, não se verificaram quaisquer relações entre estas condições e os resultados obtidos nos instrumentos. Deste modo, parece que o *stresse* experienciado pelos sujeitos no exercício do seu papel parental, as situações de risco atual e as estratégias de *coping* utilizadas não diferem de acordo com a mono ou

biparentalidade das famílias em risco psicossocial. No entanto, tal como descrito em investigações anteriores (e.g., Hidalgo, Lorence, Pérez, Menéndez, Mendoza Sánchez, Jiménez, & Arenas, 2013), foi possível apurar-se que de facto as famílias monoparentais apresentam trajetórias de vida marcadas por mais situações e experiências stressantes e de risco.

7 – Limitações e Sugestões

A presente investigação debruça-se acerca dos estilos de *coping* em famílias em risco psicossocial. De acordo com investigações deste âmbito, supracitadas, seria de esperar que as estratégias de *coping* sofressem a influência do contexto atual de vida destas famílias, no entanto, assim não se verificou. O tamanho da amostra parece ter condicionado os resultados obtidos, pelo que esta será uma limitação do estudo e um aspeto a melhorar em possíveis investigações futuras.

Do ponto de vista teórico, este estudo não tem em conta, aspetos que também influenciam as estratégias de *coping*, como a presença de sintomas depressivos, ansiedade e agressividade que não facilitam a utilização do *coping* primário e secundário, pelo contrário, aumentam a perceção de *stresse*, pelo que este seria um aspeto a melhorar.

Sabe-se que o apoio na resolução de problemas é uma mais-valia nas famílias em risco-psicossocial. Neste sentido, tornar-se-ia interessante o estudo das estratégias utilizadas por esta população relativamente ao sucesso obtido na resolução do problema.

As condições económicas parecem ser um fator influente no modo como os acontecimentos de vida são vivenciados. Segundo Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo (2007) a condição de pobreza nestas famílias é determinante uma vez que incute um

padrão desajustado de funcionamento. Apesar da presente investigação ter em conta alguns dados sociodemográficos reveladores desta condição, a verdade é que poderia ser sujeita a um estudo exploratório mais incisivo. Neste sentido, parece importante a exploração desta questão de âmbito psicossocial.

8 - Síntese final

É de todo importante investir na definição de estratégias de *coping* cada vez mais ajustadas e adequadas. Se assim não acontecer, as situações de *stress* causarão cada vez mais a perceção de risco, pelo que organismo estará constantemente em alerta e a reação fisiológica será cada vez mais emergente. Deste modo, há que cultivar respostas cada vez mais ajustadas para que a perceção de risco e *stress* seja cada vez menor e a reatividade fisiológica também (Wadsworth, 2012).

Apesar de a presente investigação não demonstrar resultados empíricos que sustentem a relação entre estratégias de *coping*, situações stressantes e de risco, *stress* parental e mono e biparentalidade, a verdade é que outras investigações apontam para a premissa de que a acumulação de circunstâncias de risco durante a vida tem consequências na perceção de bem-estar psicológico em cada um dos elementos do agregado familiar e na forma como lidam com as vivências stressantes do quotidiano. No entanto, foi possível perceber-se que as famílias em risco apresentaram um índice considerável de *stress* familiar, que se exalta por ação das condições intra e extra sujeitos e dos acontecimentos de vida stressantes. Este condicionante poderá comprometer o bem-estar da dinâmica familiar, pelo que é importante investir-se neste tema de modo a que a intervenção junto das famílias em risco psicossocial seja cada vez mais ajustada às dinâmicas características desta população.

Em síntese, os resultados da presente investigação permitem aprofundar o conhecimento acerca das características das famílias em risco psicossocial. Esta é uma área em que parece ser profícuo o desenvolvimento de outras investigações que permitam perceber o modo de funcionamento destas famílias e as suas dinâmicas, facilitando a intervenção dos técnicos.

9 - Referências Bibliográficas

Abaied, J., & Rudolph, K. (2010). Mothers as a Resource in Times of Stress: Interactive Contributions of Socialization of Coping and Stress to Youth Psychopathology. *Journal Abnormal Child Psychology*, 38, 273 - 289.

Ackerman, B., Izard, C., Schoff, K., Youngstrom, E., & Kogos, J. (1999). *Child Development*, 70(6), 1415 – 1427.

Alarcão, M. (2000). *(Des) Equilíbrios Familiares*. Lisboa: Quarteto Editora.

Arditti, J., Burton, L., & Neeves-Botelho, S. (2010). Maternal Distress and Parenting in the Context of Cumulative Disadvantage. *Family Process*, 49 (2), 142 – 164.

Ballenato, G. (2010). *Educar sem Gritar*. Lisboa: A Esfera do Livro.

Barudy, J., & Marquebreucq, A. (2006). *Hijas e hijos de madres resilientes. Traumas infantiles en situaciones extremas: violencia de género, guerra, genocídio, persecución y exilio*. Barcelona: Ed. Gedisa.

Briggs-Gowan, M., Carter, A., Skuban, E., & Horwitz, S. (2001). Prevalence of social-emotional and behavioural problems in a community sample of 1- and 2-year-old children. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 40(7), 811–819.

Carver, C., Scheier, M., & Weintraub, J. (1989). Assessing coping strategies: A theoretically based approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56 (2), 267 – 283.

Chen, H., Hou, T., & Chuang C. (2010). Applying data mining to explore the risk factors of parenting stress. *Expert Systems with Applications*, 37, 598 – 601.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (2011). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*. Visto em http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3795&m=PDF, no dia 2 de Novembro de 2012, pelas 23:00 Horas.

Copeland, D., & Harbaugh, B. (2005). Differences in parenting stress between married and single first time mothers at six to eight weeks after birth. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 28(3), 139–152.

De Ridder, D. (1997). What is wrong with coping assessment? A review of conceptual and methodological issues. *Psychology and Health*, 12, 417 – 431.

Eschenbeck, H., Kohlmann, C., & Lohaus, A. (2007). Gender differences in coping strategies in children and adolescents. *Journal of Individual Differences*, 28 (1), 18 - 26.

Faught, J., Bierl, C., Barton, B., & Kemp, A. (2007). Stress in mothers of young children with eczema. *Archives of Disease in Childhood*, 92(8), 683–686.

Folkman, S. (2010). Stress, Coping, and Hope. *Psycho-Oncology*, 19, 901 - 908.

Hankin, B., Mermelstein, R., & Roesch, L. (2007). Sex Differences in Adolescent Depression: Stress Exposure and Reactivity Models. *Child Development, 78* (1), 279 – 295.

Hauser-Cram, P., Warfield, M., Shonkoff, J., & Krauss, M. (2001). Children with disabilities: A longitudinal study of child development and parent well-being. *Monographs of the Society for Research in Child Development, 66* (3), 1 – 126.

Hidalgo, M., Menéndez, S., Sánchez, J., Lorence, B., & Jiménez, L. (2009). La intervención con familias en situación de riesgo psicosocial. Aportaciones desde un enfoque psicoeducativo. *Apuntes de Psicología, 27*, 413 – 426.

Hidalgo, M., Menéndez, S., Sánchez, J., Lorence, B., & Jiménez, L. (2010). Intervention with at-risk families; contributions from a psycho-educational perspective. *Psychology in Spain, 14* (1), 48 – 56.

Hidalgo, M., Pérez, J., & Menéndez, S. (2012). Estrés parental en familias en riesgo psicosocial. El papel del lugar de control como progenitor. *Ansiedad y Estrés, 18*(1), 55 – 67.

Hidalgo, M., Menéndez, S., Mendoza, I., Pérez, J., Lorence, B., Sánchez, J., Jiménez, L., & Arenas, A. (2013). *Familias en riesgo que reciben intervenciones de preservación familiar*. Diputación de Huelva. Universidad Huelva.

Hill, R. (1958). Generic features of families under stress. *Social Casework, 49*, 139–150. In J., Weber (2011). *Individual and Family Stress and Crises*.

Kiser, L. (2007). Protecting children from the dangers of urban poverty. *Clinical Psychology Review, 27*, 211–225.

Kokkinos, C., & Panayiotou, G. (2007). Parental discipline practices and locus of control: Relationship to bullying and victimization experiences of elementary school students. *Social Psychology of Education, 10*, 281-301.

Landy, S., & Menna, R. (2006). *Early intervention with multi-risk families – an integrative approach*. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing.

Lazarus, R., & Folkman, S. (1984). *Stress appraisal and coping*. New York: Springer.

LeCuyer-Maus, E. (2003). Stress and Coping in High-Risk Mothers: Difficult Life Circumstances, Psychiatric-Mental Health Symptoms, Education, and Experiences in Their Families of Origin. *Public Health Nursing, 20* (2), 132 – 145.

Lloyd, T., & Hastings, R. C. (2009). Parental locus of control and psychological wellbeing in mothers of children with intellectual disability. *Journal of Intellectual and Developmental Disability, 34*, 104-115.

López, M., Quintana, J., Casimiro, E., & Chaves, M. (2009). Las competencias parentales en contextos de riesgo psicosocial. *Intervención Psicosocial, 18*(2), 113 – 120.

Losoya, S., Eisenberg, N., & Fabes, R. (1998). Developmental Issues in the Study of Coping. *International Journal of Behavioral Development, 22* (2), 287 – 313.

Mackenzie, M., Nicklas, E., Brooks-Gunn, J., & Waldfogel, J. (2011). Who spans infants and toddlers? Evidence from the fragile families and child well-being study. *Children and Youth Services Review, 33*, 1364 – 1373.

Mash, E., Johnston, C., & Kovitz, K. (1983). A comparison of the mother-child interactions of physically abused and non-abused children during play and task situations. *Journal of Clinical Child Psychology, 12*(3), 337–346.

Nesse, R. (2000). Is depression adaptive?. *Archives of General Psychiatry*, 57, 14–20.

Nunes, C., Lemos, I., Costa, D., Nunes, L., & Almeida, A. (2011). Social support and stressful life events in Portuguese multi-problem families. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 5 (1), 497 – 505.

Ribeiro, J. (2005). *Introdução à Psicologia da Saúde*. Coimbra: Quarteto.

Rodrigo, M., Máiquez, M., Martín, J., & Byrne, S. (2008). *Preservación Familiar: Un enfoque positivo para la intervención com famílias*. Madrid: Psicología Pirámide.

Rodrigues, E. (1997). *Menores em Risco: Que Família de Origem*. In M., Carneiro (Eds.). *Crianças de Risco*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa: Universidade de Lisboa.

Santos, S. (2008). *Forma reduzida do Parenting Stress Index (PSI)*. Estudo Preliminar. XIII Conferência Internacional de Avaliação, Formas e Contextos. Braga: Universidade do Minho.

Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa: Climepsi Editores.

Srivastava, S., & Pathak, D. (2011). Moderating effect of personality variable on stress-effectiveness relationship: an empirical study on b-school students. *Vision: The Journal of Business Perspective*, 15, 21–30.

Wadsworth, E., & Berger, E. (2006). Adolescents coping with poverty-related family stress: prospective predictors of coping and psychological symptoms. *Journal of Youth and Adolescence*, 35, 57 – 70.

Webster-Stratton, C. (1990). Stress: A Potential Disruptor of Parent Perceptions and Family Interactions. *Journal of Clinical Child Psychology*, 19 (4), 302 – 312.

Woolfson, L., & Grant, E. (2006). Authoritative parenting and parental stress in parents of pre-school and older children with developmental disabilities. *Child: Care, Health and Development*, 32(2), 177–184.